

SINDJUS



Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão
imprensa@sindjus.org.br

Ano II nº 3
janeiro/fevereiro 2009

Sindjus firma convênio com Curso Via Satélite Damásio de Jesus

O convênio com o Curso Via Satélite Damásio de Jesus beneficia os associados do Sindjus com descontos de 15% no valor das mensalidades nos cursos preparatórios para carreiras jurídicas e cursos preparatórios para exame de ordem para os associados, cônjuges e dependentes do Sindjus. O Curso Via Satélite Damásio de Jesus conta com a experiência de 30 anos de mercado em São Paulo, além de uma equipe de colaboradores formada por juristas e pensadores comprometidos com o dinamismo da Ciência Jurídica.

Em São Luís, os cursos são transmitidos via satélite através de um sistema de canal fechado com tecnologia da Embratel. A unidade localizada na Av. Castelo Branco 590, 2 andar, São Francisco possui um centro de estudos onde os alunos podem consultar um acervo de livros e utilizar as salas de estudo e de internet. A matrícula deve ser feita na secretaria do curso, no bairro do São Francisco. Mais informações pelo telefone (98) 3235 1999 ou pelo site www.damasio.com.br.



Prof. Damásio de Jesus comanda há 30 anos curso preparatório jurídico no Brasil

Começam as novas adesões ao Plano Unimed

Já começaram as adesões do 3º grupo de filiados para o plano de saúde Unimed. Os interessados devem preencher a ficha de inclusão e a declaração de saúde disponíveis no site www.sindjus.org.br e entregar os documentos junto com a xerox do RG, CPF, comprovante de residência e contracheque na sede do sindicato localizada na Rua dos Afogados, n.º 656 Centro, São Luís ou encaminhar via sedex para a Rua Agostinho Torres, n.º 728 João Paulo, CEP 65040-150.

O convênio com a Unimed garante descontos de 45% (confira a tabela) nas mensalidades e carência zero para os sócios do Sindjus. Mais de 300 sócios já aderiram a Unimed e as carteiras provisórias já estão disponíveis no sindi-

VALORES UNIMED NACIONAL

IDADE	APARTAMENTO (R\$)		ENFERMARIA (R\$)	
	S/OBSTETRÍCIA	C/OBSTETRÍCIA	S/OBSTETRÍCIA	C/OBSTETRÍCIA
00-18	105,11	105,46	87,60	87,89
19-23	122,46	130,19	102,04	108,50
24-28	131,56	140,60	109,58	117,15
29-33	53154	157,68	127,94	131,39
34-38	168,35	173,43	140,28	144,56
39-43	198,16	199,92	165,14	166,60
44-48	252,16	252,16	210,14	210,14
49-53	306,41	306,41	255,35	255,35
54-58	428,25	428,25	356,86	356,86
+59	601,46	601,46	501,16	501,16

cato para o 1º grupo de sócios que fizeram o plano. Para mais informações tratar com Carlos Alberto pelos telefones (98) 8111 0596/ 9961 1766.

Lista de convênios do Sindjus

O Associado deverá entrar em contato com o SINDJUS através dos telefones (98) 3232 - 6454 ou (98) 3232 - 5497 para solicitar uma declaração de sócio em seu nome ou de seu dependente.

Confirmado o cadastro de associado, o sindicato expedirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis uma declaração para que o associado desfrute dos benefícios disponíveis na rede de empresas conveniadas.

Faculdades

- UNICEUMA
www.ceuma.br
Desconto de %
- Faculdade São Luís
www.facsauluis.com.br
Desconto de 20 a 25%
- FACAM
www.facam-ma.com.br
Desconto de 15%
- UNDB
www.undb.com.br
Desconto de %

Planos de Saúde Multiclínicas

www.multiclinicas-ma.com.br
Mensalidades a partir de R\$98,00
Desconto de 10%

- Unimed
www.unimed.com.br
Mensalidades a partir de R\$ 87,89
Desconto de 45%

Telefonia

- VIVO
www.vivo.com.br
Planos Controle com 200 minutos de R\$60,50
- Claro
www.claro.com.br

Cursos

- DataControl
www.datacontrol.com.br
Desconto de 20%
- Marcato
www.cursomarcato.com.br/saoluiz
Desc. de 30% matric. e 5% mens.
- IDEJ
Desconto de 10%
- Damásio de Jesus
www.damasio.com.br
Desconto de 15%

Bem Estar

- D+ Academia
Desconto de 10%

Audiência p9

Diretoria discute relatório do CNJ com Jamil Gedeon

Comemoração p 11

Sindjus convida sócios para comemorar 15 de fundação



Fachada da casa de apoio comprada pelo Sindjus para hospedar filiados do interior

Casa de apoio será inaugurada no próximo dia 14 de março, data que comemora os 15 anos de fundação do sindicato

Sindjus compra Sede

O sindicato adquiriu no dia 19 de fevereiro uma casa de 3 pavimentos na Rua das Cajazeiras, centro de São Luís. O imóvel vai abrigar a casa de apoio do sindicato que será utilizada para hospedagem dos sócios das comarcas do

interior, que estiverem em trânsito na Capital para tratar de assuntos de trabalho ou para tratamento médico. A casa também servirá de residência para os diretores que residem no interior do Estado p 5

No Maranhão Sindicalistas negociam escritório do Dieese

p4

entrevista

Prestação de Contas

O Sindjus Notícias entrevista Márcio Luís Andrade Souza, tesoureiro do sindicato. Márcio fala sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2008, as despesas e investimentos do Sindjus na melhoria dos serviços oferecidos aos associados p 6 e 7



Articulação Servidores públicos fundam Federação

p4

Contradição

Em entrevista coletiva, Aníbal Lins criticou o relatório de inspeção da Corregedoria Nacional de Justiça que revelou, no dia 27 de janeiro, uma série de irregularidades no TJMA p 8



Jurídico

Sindicato move ações em defesa dos sócios

p10

editorial

Originalmente, a missão de um sindicato de classe é prestar assistência aos seus associados e mantê-los informados sobre suas atividades. No entanto, mais importante que publicar notícias sobre o sindicato é relacioná-las a agenda de debate político na qual ele está inserido. Por esse motivo, o Sindjus publica suas principais notícias dos últimos dois meses (janeiro e fevereiro) de 2009 que refletem a conjuntura política que envolve o Poder Judiciário do Maranhão.

No dia 27 de janeiro, o Conselho Nacional de Justiça revelou através de um relatório de inspeção, produzido pela Corregedoria Nacional de Justiça do Maranhão, uma série de irregularidades e problemas no exercício do Judiciário maranhense. O relatório gerou expectativas quanto às denúncias de corrupção, morosidade processual e excesso de comissionados nos gabinetes dos desembargadores, mas também deixou os servidores apreensivos com uma possível ameaça a atual jornada de trabalho de seis horas.

Para esclarecer algumas confusões do relatório e contradições do CNJ, o presidente do Sindjus, Aníbal Lins, concedeu uma entrevista coletiva à imprensa criticando o Conselho. Confira nesta edição, os principais momentos dessa entrevista e as providências do sindicato para defender essa conquista da categoria. No dia 18 de fevereiro, por exemplo, os diretores do Sindjus se reuniram com o Corregedor Jamil Gedeon para discutir as recomendações do CNJ. Gedeon garantiu aos diretores que o TJMA não vai obrigar nenhum servidor a trabalhar mais que seis horas.

Da mesma forma que o Judiciário precisa caminhar para uma gestão mais transparente, democrática e participativa, o Sindjus busca melhorar seus procedimentos no que diz respeito ao debate e a elaboração do seu orçamento. Na Assembléia Geral de prestação de contas, realizada em janeiro, o Sindjus apresentou o balanço financeiro referente ao exercício de 2008 e publica nesta edição do Sindjus Notícias uma entrevista com Márcio Luís Andrade, tesoureiro do sindicato.

Márcio que esclarece dúvidas e demonstra mais uma vez como foi aplicado o dinheiro arrecadado pela entidade. Com isso, a diretoria está fazendo a sua parte, e espera que os associados cumpram também a sua interessando-se por esses números, questionando-os quanto ao seu significado e, principalmente, participando das atividades do sindicato.

Já que a qualidade de uma entidade de classe pode ser medida pelo grau de participação e pelo efetivo controle dos associados sobre o que acontece, o Sindjus realizará no próximo dia 14 de março uma Assembléia Geral Extraordinária que tem como objetivo discutir as próximas lutas da categoria. Nessa mesma data o sindicato comemora os 15 anos de sua fundação.

Por entender que os maiores responsáveis pela história desse sindicato são os nossos sócios. Sem dúvidas, serão eles os homenageados nesse dia. Como um presente pela confiança no trabalho e dedicação da nossa diretoria, o Sindjus presenteará os sócios com o sorteio de vários prêmios, entre eles, o tão esperado sorteio do veículo 1.0. Durante a Assembléia, os diretores também apresentarão a casa de apoio, comprada no dia 19 de fevereiro, para hospedar os sócios do interior que precisam vir a São Luís, mas não tem onde ficar.

Se a sindicalização é muito importante para o servidor. É por meio da força da sindicalização que o associado conta sempre com um aliado na defesa de seus direitos, em ações coletivas e individuais. O Sindjus Notícias traz o resumo das principais ações judiciais movidas pelo sindicato através do atendimento constante do Departamento Jurídico.

Ainda nessa edição, saiba também sobre os novos convênios e as novas articulações do Sindjus para fortalecer a luta dos servidores públicos, com a criação da Federação Sindical dos Servidores Públicos no Maranhão -FESEP e as negociações da vinda do Dieese para o Estado.

Boa Leitura.

expediente

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
SINDJUS/MA

CNPJ 11.013.025/0001-90
Registro no Ministério do Trabalho e do Emprego nº 012351/2002 - 34

Sindjus Notícias é uma publicação do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão.

Sede administrativa: Rua dos Afogados, nº 656, Centro, São Luís (MA)
Telefone: (98) 3232 6454
Site: www.sindjus.org.br

Jornalista Responsável:
Poliana Sales (SRTE MA 837)

Diagramação: Carlos Sales
Fotos: Poliana Sales e Arquivo Sindjus

Periodicidade: Bimensal
Tiragem: 3.500 exemplares

Sugestões e críticas:
imprensa@sindjus.org.br

Diretoria**Presidente**

Aníbal da Silva Lins

Vice-presidente

Rivelino Alves Pereira

Secretário geral

Elisângela Evangelista Anunciação

Segundo secretário

Antônio Francisco Coutinho Pereira

Tesoureiro

Márcio Luiz Andrade Souza

Segundo tesoureiro

Sergio Lima Cavalcante

Secretário de cultura e promoção social

João Batista Marques de Castro

Secretário de patrimônio

Daniel Mendes de Moraes Sousa

Secretário de esportes e lazer

Armistrong Clay Vieira Ribeiro

Secretário de assuntos jurídicos

Deuson Oliveira Amorim

Conselho fiscal

Marcos Valério Alves Nepomuceno /

Rosane Romeiro de Paula Sena/ Rômulo e Sousa Neves

Suplentes

Armistrong Gomes Mendonça / Janaíra Costa Silva/ Liamary Brandão França

Filiado a:

Federação Nacional dos servidores do Judiciário nos Estados



Confederação dos Servidores Públicos do Brasil



Servidores reunidos na última Assembléia Geral realizada pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão

Sindjus convida sócios para comemorar 15 anos de existência legal

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão convida os associados para as comemorações do aniversário de 15 anos da entidade. O aniversário será comemorado no Espaço Conseven, Ponta do Farol, dia 14 de março. O Sindjus também aproveita a data para realizar uma Assembléia Geral Extraordinária da categoria.

A Assembléia tem como principal finalidade discutir os últimos desdobramentos das negociações entre o sindicato e o Tribunal de Justiça sobre o realinhamento salarial dos técnicos e dos oficiais de justiça, a mudança da escolaridade para acesso ao cargo de auxiliar judiciário e a manutenção da jornada de seis horas, entre outros assuntos.

A partir das 8h começa o credenciamento dos filiados. Às 9h o sindicato promove um debate sobre o tema "Negociação no setor público em tempos de crise", com representantes do DIEESE, do DIAP, da CSPB e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Pernambuco - SINDJUD-PE.

Das 11h até o meio dia, será realizada a assembléia geral extraordinária. Às 13h terá início a programação cultural em comemoração ao aniversário do sindicato. Será servido um almoço, e em seguida, o bumba-boi de Nina Rodrigues se apresenta.

Durante a tarde serão sorteados diversos prêmios aos sócios, entre eles, o tão esperado carro Volkswagen Gol 1.0 Zero KM. O veículo será comprado com apoio financeiro da Federação Sindical dos Servidores Públicos no Estado do Maranhão - FESEP. O objetivo dos sorteios é prestigiar os filiados que contribuíram e continuam a contribuir com a construção do sindicato e são os verdadeiros responsáveis pela a história da

entidade.

O Sindjus encerra a programação do dia 14 com mais um presente para seus sócios: a apresentação da casa de apoio comprada no dia 19 de fevereiro. De acordo com Aníbal Lins, a Diretoria planeja comemorar todos os aniversários do sindicato com grandes realizações em benefício dos servidores. "Neste ano compramos a casa para os nossos filiados do interior se hospedar na capital. Para 2010, nossa meta é inaugurar a nossa sede recreativa e colônia de férias à disposição da categoria em geral", finalizou o sindicalista.

Programação:

- 08:00 h**
- Credenciamento dos filiados;
- 09:00 h**
- Debate sobre o tema "Negociação no setor público em tempos de crise", com representantes do DIEESE, do DIAP, da CSPB e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Pernambuco - SINDJUD-PE
- 11:00 h**
- Início da Assembléia Geral Extraordinária
- para deliberações do dia.
- 12:30 h**
- Encerramento da Assembléia;
- 13:00 h**
- Início da comemoração pelos 15 anos do Sindjus (almoço)
- 15:00 h**
- Sorteio do veículo e demais prêmios aos associados.
- 17:00 h**
- Apresentação da Casa de Apoio aos associados.

Sindjus move ações em defesa dos servidores



Pedro Duailibe fala das ações judiciais

os”. Por discordar dessa justificativa do TJMA, o sindicato recorreu ao Superior Tribunal de Justiça – STJ que garantiu o pagamento da gratificação também para

os OJ, considerando-os servidores do TJMA e sujeitos aos mesmos direitos dos demais funcionários que integram o quadro efetivo do Judiciário. A decisão do STJ foi unânime e transitou em julgado no dia 14 de outubro de 2008.

Segundo informações do diretor de assuntos jurídicos do Sindjus, Deuson Oliveira, o sindicato ainda aguarda o julgamento de outra ação judicial que beneficiará a maioria dos servidores efetivos do TJMA. Trata-se da ação ordinária de cobrança dos 21,7%, que o Sindjus ajuizou em favor de seus associados ocupantes dos cargos de auxiliar judiciário, telefonista, motorista, técnico judiciário, comissários e oficiais de justiça.

Até o fechamento desta edição, o processo, que tramita da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Luís, está concluso para sentença na mesa da analista. Estas informações estão disponíveis no site do TJMA.

::Entenda as ações::

::GRATIFICAÇÃO JUDICIÁRIA::

- A relação nominal dos Oficiais beneficiados, relativa ao período compreendido entre agosto de 2004 e dezembro de 2005, foi divulgada no site do sindicato no dia 19 de fevereiro. Os Oficiais de Justiça que estão em atividade junto ao TJ, bem com aqueles que já deixaram o cargo ou que já se aposentaram e que tem direito de receber a gratificação e não constam na lista deverão comunicar a situação ao Sindjus.
- O processo se encontra com a assessoria contábil R&M Liquidação de Sentença, Cálculos em Geral & Escritórios Associados, sob a responsabilidade do contador Raimundo Guimarães Pacheco, especialista em cálculos judiciais, para o levantamento do valor que cada Oficial de Justiça tem direito a receber do Estado.
- O contador foi contratado pela Assessoria Jurídica do Sindjus representada pelo advogado, Pedro Duailibe Mascarenhas. O custo com a assessoria contábil deverá ser dividido entre os beneficiados. A princípio esse custo corresponde a R\$ 20 reais por oficial que em breve será informado sobre a forma de pagamento.
- O Escritório de Assessoria Jurídica do Doutor Pedro Duailibe Mascarenhas, nos termos do

contrato de prestação de serviços e deliberado em assembleia geral da categoria, receberá 10% (dez por cento) de honorários sobre o montante a ser recebido por cada oficial de justiça (ou ex-oficial de justiça) sócio do sindicato.

- Os retroativos inferiores a R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais) não dependerão de precatório para serem pagos e poderão ser recebidos imediatamente pelos interessados. Assim que o cálculo dos retroativos for finalizado o Sindjus dará informações sobre os próximos passos da ação de execução.

::AÇÃO ORDINÁRIA DOS 21,7%::

- Em 2006 foi editada a Lei Estadual nº 8.369/2006 que concedeu reajuste diferenciado aos servidores estaduais a partir de 1º março de 2006. Os servidores de nível médio tiveram reajuste de 8,3% e para os servidores do Grupo Operacional Atividade de Nível Superior, do Grupo Atividades Artísticas e Culturais – Atividades Profissionais e do Grupo Atividades Meteorológicas o reajuste foi de 30%.
- A Constituição Federal em seu art. 37 estabelece “revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”. Como a

lei estabeleceu percentuais diferenciados houve desrespeito ao dispositivo constitucional e, na condição de substituto processual, o Sindjus ajuizou ação ordinária pleiteando a diferença de 21,7%(30% - 8,3%) em favor dos servidores de nível médio filiados a entidade. A ação está concluída para sentença na mesa do analista desde 27 de dezembro de 2008.

- O Estado já contestou a ação, o Sindjus fez a réplica e o processo está correndo na 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís sob o nº 118972007. O sindicato espera agora o julgamento pelo juiz Megbel Abdalla. Esta ação judicial beneficiará apenas motoristas, telefonistas, auxiliares judiciários, comissários de menores, oficiais de justiça e técnicos judiciários que são sócios do Sindjus.

::COMO FALAR COM O DEPARTAMENTO JURÍDICO::

- Para falar com o advogado Pedro Duailibe Mascarenhas ou com o Diretor de Assuntos Jurídicos, Deuson Oliveira, os sócios deverão ligar para a sede do Sindjus pelo fone (98) 32326454, ou se preferir, diretamente no escritório Duailibe Mascarenhas & Advogados Associados (98) 3232 5544

Servidores aprovam prestação de contas

Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, o Sindjus apresentou o balanço financeiro do sindicato referente ao exercício de 2008 na Assembleia Geral de prestação de contas, realizada no Espaço Conserven, no dia 31 de janeiro. Cerca de 200 pessoas, entre associados, familiares, diretores e assessores do Sindjus compareceram à Assembleia.

Na presença do presidente Aníbal Lins, do tesoureiro Márcio Luiz Andrade, do assessor jurídico Pedro Duailibe e demais diretores, o assessor contábil Bispo Sobrinho apresentou as demonstrações financeiras do sindicato. Depois da apresentação, o conselheiro fiscal Marcos Valério Sousa, da comarca de Bacabal, leu o parecer favorável à aprovação das contas do sindicato. O parecer do conselho fiscal foi acatado por unanimidade pelos associados.

A Assembleia também deliberou sobre os próximos passos da Diretoria para garantir a atual jornada de trabalho dos servidores, as negociações com o Tribunal de Justiça do Maranhão para o realinhamento salarial dos técnicos e oficiais de justiça e ainda sobre a compra da casa de apoio.

Jornada de trabalho

Durante a Assembleia, o Sindjus reafirmou o compromisso de defender a jornada de seis horas dos servidores. A atual jornada garantida pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão e confirmada por consenso em sessão plenária do Conselho Nacional de Justiça está sendo ameaçada pela OAB-MA, por setores da administração do TJMA e pelo próprio CNJ no relatório de inspeção que aponta irregularidades no Tribunal.

Outra decisão tomada em comum acordo entre a diretoria e os associados foi a defesa do realinhamento salarial de técnicos e oficiais de Justiça. O receio dos associados é que um parcelamento muito longo não seja cumprido pelo próximo presidente do Tribunal de Justiça. Por esse motivo, a proposta do TJMA de parcelar o realinhamento em seis vezes foi rejeitada pelo Sindjus.

Casa de apoio

Depois de reiterar o compromisso do sindicato com as lutas da categoria, os diretores apresentaram o projeto de compra da casa de apoio do Sindjus.

Os diretores apresentaram um vídeo com imagens da casa escolhida, e em seguida, os associados tiraram dúvidas sobre a viabilidade de compra do imóvel com os recursos provenientes do Imposto Sindical. Ao final da apresentação foi aprovada a compra da casa no valor de



Diretores do Sindjus apresentam balanço financeiro da entidade



Servidores em confraternização na Assembleia Geral de Prestação de Contas

200 mil reais. Dezenove dias após a autorização da Assembleia, a compra da casa foi efetivada.

Depois de todas as deliberações, o sin-

dicato serviu uma feijoada para os sócios, familiares, assessores e diretores, que se confraternizaram ao som de um forró pé-de-serra.

Servidores Públicos do Maranhão fundam Federação Sindical

Estreitar os laços de solidariedade entre sindicatos de servidores públicos maranhenses, organizar e unificar suas lutas comuns na defesa de seus direitos e garantir que os recursos gerados por estes trabalhadores sejam reinvestidos no próprio Estado do Maranhão, sob o controle democrático e transparente da classe. Sob esse tripé é que nasce a Federação Sindical dos Servidores Públicos no Estado do Maranhão – FESEP/MA.

A Federação foi criada pelo Sindjus e mais quatro sindicatos de representação dos servidores públicos. São eles: o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Santa Helena – SINTRASEPM, Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Municipais de Turiândia – SINSEREP/TU, Sindicato dos Guardas Municipais do Maranhão – SIGMEMA e Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão – SINSDETRAN/MA.

A criação da Fesep teve todo apoio da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB com empenho pessoal do seu presidente João Domingos. “A Confederação está pronta para apoiar as lutas da Fesep”, ressaltou o presidente. Para ele, a Fesep é mais uma importante entidade que está para ingressar nas trincheiras da CSPB e defender os servidores públicos brasileiros. Seguindo os princípios da Confederação e da Internacional dos Servidores Públicos – ISP, a Fesep tem a missão de integrar e congrega os interesses dos servidores públicos estaduais e municipais, além de fortalecer a luta sindical dos servidores públicos do Maranhão.

Segundo Aníbal Lins, presidente fundador da Fesep, “a criação dessa enti-



Aníbal Lins e João Domingos da CBSP

dade era um ideal antigo de vários sindicalistas do serviço público maranhense. Mas se acelerou quando soubemos que uma Federação de Sindicatos Municipais de Minas Gerais publicou um edital convocando uma assembleia de ampliação de representação de categoria para anexar na sua base os estados do Norte e Nordeste que não tinham federações sindicais organizadas. Para nós, o objetivo da Federação de Minas era se apropriar do imposto sindical dos servidores públicos do Norte e Nordeste para fins ilegítimos e ilícitos. Por isso, ocupamos as emissoras de rádio e televisão locais, alertando os sindicatos locais para a trama que estava em curso contra os interesses dos trabalhadores do serviço público maranhense. Vários

gãos públicos e entidades da sociedade civil sindicais, nacionais e internacionais. O Departamento atua nas áreas de assessoria, pesquisa e educação, sob os eixos temáticos: emprego, renda, negociação coletiva, políticas públicas e desenvolvimento.

O Sindjus e demais entidades sindicais filiadas a Fesep articulam a vinda definitiva do Dieese para o Maranhão. “Um escritório regional do DIEESE, otimizará a prestação de serviços ao movimento sindical local”, explica Aníbal, presidente do Sindjus e da Fesep.

sindicatos estaduais e municipais acolheram nosso chamamento e, em abril de 2008, demos início aos procedimentos legais para garantir que os servidores fossem representados por uma entidade unitária de lutas, democrática, transparente e genuinamente nativa”, explicou Aníbal.

Os primeiros objetivos da Fesep são trazer para o Maranhão um escritório regional do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, promover cursos de formação política sindical para os trabalhadores e reforçar a assessoria jurídica aos sindicatos filiados.

Podem se filiar a Fesep quaisquer sindicatos representativos de servidores públicos estaduais e municipais legalmente constituídos, exceto os sindicatos que representam as categorias profissionais vinculadas à Polícia Civil e à Secretaria de Educação do Estado do Maranhão.

O motivo dessa exceção é que Policiais Civis e Professores da Rede Estadual já se organizam em torno de entidades nacionais específicas (a COBRAPOL – Confederação Brasileira da Polícia Civil e CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e a Constituição Federal proíbe que uma mesma categoria profissional seja legalmente representada por mais de um sindicato, federação ou confederação.

A Fesep funcionará inicialmente na Avenida Gomes de Sousa, 490, Sala 204, Sousa Center, Beira Mar, Centro. O horário de atendimento ao público é das 14 às 18 horas. Metade dos recursos arrecadados pela Fesep será reinvestido nos sindicatos que originarem suas receitas.

O valor da filiação é variável e calculado de acordo com o número de trabalhadores na base e também do salário médio da categoria. Além disso, esse valor depende da demanda de trabalhos da entidade que queira contratar o Departamento.

Os sindicalistas planejam anunciar em breve, no máximo até o próximo dia 14 de março, a conclusão das negociações em torno da vinda do DIEESE para o Maranhão, bem como a data da inauguração oficial do seu escritório de representação no Estado.

Fesep e Sindjus negociam vinda do DIEESE para o MA

No dia 11 de fevereiro o presidente do Sindjus e da Fesep, Aníbal Lins, esteve em Salvador (BA) com o objetivo de firmar contatos que garantam a instalação de um escritório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, em São Luís.

Com escritórios em 17 Unidades da Federação e um escritório nacional em São Paulo, o Dieese realiza projetos de interesse sindical em parceria com ór-

Diretoria discute relatório do CNJ com o Corregedor Jamil Gedeon

Na tarde do dia 18, o Sindjus foi recebido pelo Corregedor Geral da Justiça, o Desembargador Jamil Gedeon Neto. O Corregedor se reuniu com os sindicalistas Aníbal Lins, Rivelino Alves e Daniel Mendes, representando a diretoria do sindicato.

Foram discutidas questões como: a produtividade dos oficiais de justiça, a jornada de trabalho dos servidores, a morosidade processual do Tribunal de Justiça, a situação das secretarias judiciais, assuntos abordados no relatório de Inspeção do CNJ e também de interesse dos servidores.

Jornada de Trabalho

O presidente do Sindju explicou ao Corregedor a preocupação do sindicato e dos servidores em relação à crítica do CNJ sobre a atual jornada de trabalho dos servidores do Tribunal. Aníbal lembrou o Corregedor que a jornada dos servidores da Justiça do Maranhão está vinculada ao dispositivo previsto na Lei Estadual 6107/94 – Estatuto dos Servidores Civis do Estado do Maranhão, que estabelece como regra a jornada de 30 horas semanais.

Gedeon afirmou que o TJ não vai obrigar ninguém a trabalhar mais de seis horas. “É evidente que o Tribunal precisa de mais servidores, mas não vamos obrigar ninguém a trabalhar mais que as seis horas, pois temos consciência de que isso fere a legislação. O que podemos fazer é oferecer vantagens para os servidores que quiserem trabalhar oito horas, como uma espécie de gratificação”, explicou Gedeon.

O presidente do Sindjus concordou com a criação de funções gratificadas. “Pagar uma condição especial de trabalho talvez implique em problemas de ordem jurídica, pois teria que ser para todos, o que talvez esteja em desacordo com a regra legal da jornada de trinta horas. O melhor mesmo a fazer é criar funções gratificadas nas varas”, justificou Aníbal.

Produtividade dos Oficiais de Justiça

O oficial de justiça Francisco Fernandes compareceu a audiência como representante dos oficiais de São Luís que estão mobilizados – através de um abaixo assinado – para solicitar ao Tribunal a reativação da central de mandados.

Fernandes defendeu a reativação da



Jamil Gedeon recebe diretoria do Sindjus em audiência na Corregedoria

“É EVIDENTE QUE O TRIBUNAL PRECISA DE MAIS SERVIDORES, MAS NÃO VAMOS OBRIGAR NINGUÉM A TRABALHAR MAIS DO QUE AS SEIS HORAS.”
Jamil Gedeon Corregedor Geral da Justiça

central de mandado como alternativa para solucionar a questão da produtividade dos oficiais. “Na antiga Central de Mandados os oficiais eram desvinculados das varas e recebiam os mandados na Central de maneira igual”, lembrou o oficial. Para o Corregedor, essa questão ainda é polêmica. “Em Imperatriz, onde ainda existe uma Central, funcionou bem no começo. Mas com a falta de oficiais de justiça ficou difícil manter”, explicou.

O Corregedor não descartou a proposta de reativação da antiga central de mandados de São Luís, mas reiterou que é uma decisão que compete muito mais ao presidente Raimundo Cutrim. “Certamente alguma medida será tomada pelo TJ em relação ao trabalho dos oficiais. Pois, falta um mecanismo que aumente a produtividade deles. Como, por exemplo, uma gratificação por sua produtividade”, disse Gedeon.

Durante a audiência, Aníbal Lins destacou a preocupação do sindicato em discutir soluções para os problemas enfrentados pelo TJMA e que ameaçam diretamente os servidores. O Corregedor Jamil Gedeon ouviu a diretoria do Sindjus e se propôs a discutir as pautas com o presidente do TJ, desembargador Raimundo Cutrim.

- Um dia após a reunião com a diretoria o Corregedor Geral da Justiça Desembargador Jamil Gedeon editou o Provimento de nº 02/2009 que dispõe sobre o Relatório Mensal de Produtividade de Oficiais de Justiça lotados nos Juízos de 1º Grau, Juizados Especiais e Turmas Recursais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

- O provimento institui que os Oficiais de Justiça deverão encaminhar até o dia 10 (dez) do mês subsequente um relatório de atividades.

De acordo com o provimento, os juizes serão responsáveis pelo acompanhamento da produtividade dos oficiais. Se verificada a baixa produtividade, ou a omissão injustificada do oficial de justiça no cumprimento dos mandados, os juizes poderão adotar os procedimentos cabíveis para apurar os fatos.

- Para impedir que os critérios adotados pelo Provimento da CGJ-MA possam ser utilizados como instrumento de assédio moral contra os Oficiais de Justiça, o Sindjus peticionou ao presidente do CNJ, Ministro Gilmar Mendes, requerendo que o Conselho acompanhe os procedimentos da (CGJ-MA) no controle da produtividade dos Oficiais.



Esse é um trabalho para o aprimoramento do Judiciário brasileiro, em nenhum momento as inspeções nos Estados têm sentido punitivo

Gilson Dipp, Correg. Nacional de Justiça

Em entrevista coletiva, realizada no dia 30 de janeiro, o presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário do Maranhão criticou o relatório de inspeção da Corregedoria Nacional de Justiça do Maranhão que revelou, no dia 27 de janeiro, uma série de irregularidades e problemas na gestão do Judiciário do Maranhão.

Além das denúncias de irregularidades, o relatório contém várias recomendações. O CNJ recomenda, por exemplo, que TJMA reduza em pelo menos 50% o número de ocupantes de cargos comissionados dos gabinetes dos desembargadores. Além disso, o relatório sugere que os ocupantes desses cargos enviem declaração à Presidência do Tribunal de Justiça sobre a existência, ou não, de parentesco, ou vínculo conjugal, com desembargadores, juízes, diretores e assessores em qualquer dos três Poderes.

Essa e outras recomendações do Conselho soaram em caráter de urgência. Mas para Aníbal Lins, presidente do Sindjus, a decisão do CNJ em recomendar somente agora essas medidas ao TJMA é surpreendente, pois muitas delas já haviam sido solicitadas pelo sindicato e rejeitadas pelo próprio Conselho. "Desde sua criação em 2005, o Sindjus já fez quase 50 pedidos formais ao CNJ solicitando providências em relação a muitas dessas irregularidades. Porém tivemos êxito em poucos. O CNJ preferiu comportar-se de maneira corporativista, protegendo o TJMA e seus magistrados, justificando suas decisões com a alegação de que não poderia interferir na autonomia administrativa dos tribunais assegurada pela Constituição Federal", informou Aníbal.

Sindjus critica relatório da Corregedoria do CNJ

Segundo o sindicalista, o Sindjus entrou há dois anos com o Procedimento de Controle Administrativos - PCA nº 305 para que o CNJ determinasse ao Judiciário maranhense o respeito ao dispositivo da Constituição Federal que exige a fixação de percentuais mínimos de cargos comissionados destinados para servidores de carreira. "Atendendo ao nosso pedido, o CNJ determinou que o TJMA apenas observasse a Constituição, mas sem definir um percentual para essa cota. O TJMA fixou então cota de 35% de servidores efetivos para cargos do gabinete da presidência e da corregedoria, de 20% para os Fóruns de Justiça e nenhum percentual para os gabinetes dos desembargadores, fato este alvo, hoje, de recriminação pelo CNJ. Contudo, quando o TJMA deliberou tais percentuais, o Sindjus denunciou o fato ao Conselho, que, todavia, considerou legal o que o Tribunal tinha feito. Essa "guinada" do CNJ é surpreendente. Mas agora pode ser tarde", explicou o presidente.

Aníbal explicou ainda temer que o resultado prático do relatório do CNJ limite-se a alimentar o noticiário da grande imprensa por algumas semanas, não passando ao final de uma grande frustração para a sociedade civil, pois suas recomendações estão em desacordo com decisões já firmadas pelo próprio Conselho. "O CNJ está impedido de reformar suas decisões plenárias por força de seu regimento, o que só é possível por determinação judicial do Supremo Tribunal Federal. Logo, não há qualquer base legal para que o Conselho pretenda rever sua posição, por exemplo, em relação à jornada corrida de seis horas diárias de trabalho dos servidores do TJMA, uma vez que essa jornada já foi objeto de decisão plenária", declarou.

O presidente do Sindjus falou também sobre a falta de coerência do CNJ em algumas recomendações. De acordo com Aníbal Lins, o CNJ está exigindo coisas que o próprio Conselho não cumpre. "No próprio CNJ a jornada é de 30 horas. Por que é exigido do Tribunal do Maranhão o fim das seis horas, se isto não é cumprido pelo próprio Conselho?", questionou. Além disso, o CNJ também recomendou que TJMA reservasse uma cota de 50% para a ocupação de cargos comissionados por servidores efetivos, mas se permite ser beneficiado pelo projeto de Lei Federal de nº 319/2007 que desobriga os seus conselheiros a reservarem esse mesmo percentual de cargos comissionados para

servidores de carreira.

Desde março de 2007, esse projeto de lei foi enviado pelos presidentes do STF, STJ, CNJ, TSE e demais tribunais superiores, para aprovação do Congresso Nacional. Mas, durante a tramitação da matéria, um substitutivo foi proposto pelo deputado relator Sandro Mabel e aprovado por unanimidade pela Comissão de Administração, de Relações do Trabalho e de Serviço Público - CETASP da Câmara dos Deputados. O texto agora aguarda votação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e desobriga ministros do Supremo Tribunal Federal e dos demais Tribunais Superiores, além dos conselheiros do Conselho Nacional de Justiça a reservarem pelo menos 50% dos cargos comissionados dos seus gabinetes para provimento por servidores efetivos ou estáveis.

Contra isso, o Sindjus protocolou um pedido junto ao Conselho Nacional de Justiça, no qual o sindicato solicita que o órgão aprove uma nota técnica recomendando a rejeição desse substitutivo pelos Senadores e Deputados Federais. O advogado Altino Pedrosa dos Santos é o relator desse pedido de providências, que aguarda agora julgamento plenário do CNJ.



O que nós queremos é fazer um apelo ao bom senso dos Conselheiros e esperar, efetivamente, que o CNJ tenha meios para fiscalizar o cumprimento das recomendações feitas ao TJMA

Aníbal Lins, Pres. do Sindjus

O Sindjus adquiriu no dia 19 de fevereiro uma casa de 3 pavimentos na Rua das Cajazeiras, centro de São Luís. O imóvel vai abrigar a casa de apoio do sindicato que será utilizada para hospedagem dos sócios das comarcas do interior, que estiverem em trânsito na Capital para tratar de assuntos de trabalho ou para tratamento médico. A casa também servirá de residência para os diretores que residem no interior do Estado, liberados pelo Tribunal de Justiça para desempenhar atividades na sede administrativa do sindicato.

A aquisição do imóvel foi autorizada pela Assembléia Geral do Sindjus que considerou a importância desse investimento para os associados das comarcas do interior e também para as demandas da administração do sindicato. "Existe uma necessidade muito grande de alguns servidores se deslocarem do interior para São Luís. A compra da casa é fundamental nesse sentido, porque o custo benefício é excelente. Além de não gastar com a estadia, a localização da casa próxima a hospitais, ao Tribunal e ao centro comercial de São Luís reduz todos os outros custos", comentou Sérgio Lima Cavalcante, auxiliar judiciário da comarca de bacabal.

Para Janaína Costa Silva, auxiliar judiciária do Fórum de Imperatriz, a compra da casa é um importante investimento do sindicato na assistência social aos associados. "Muitos de nós temos dificuldades para vir a São Luís. Às vezes é mais em conta viajar para Teresina porque em São Luís as despesas são maiores, e é por isso que votei a favor da compra da casa", disse a servidora.

A casa escolhida para a compra era utilizada como sede e moradia dos membros do Movimento dos Foculares do Maranhão. Ela começou a ser construída em 1986 quando o movimento recebeu a doação do terreno, e ao longo desses 22 anos a casa passou por reformas até chegar aos três pavimentos. Segundo a representante dos antigos proprietários da casa, Isabel Maria Laranjeira, coordenadora do Movimento dos Foculares do Maranhão, o imóvel foi planejado por engenheiros e arquitetos que adequaram a casa para servir de moradia para os membros do movimento.

Antes de efetivar a compra do imóvel o sindicato contou com a colaboração voluntária do engenheiro Rogério Campos, especialista em construção civil, do professor do Curso de Ciências Imobiliárias da UFMA, Laudelino Machado Coêlho, e do corretor de imóveis Paulo Macatrão. Os profissionais visitaram a casa e fizeram uma avaliação do imóvel. Para o Prof. Laudelino, o valor pedido foi justo considerando a qualidade da construção. "O sin-

Sindicato compra casa de apoio para filiados



Sala de estar da casa de apoio do sindicato



interior de um dos seis quartos da casa

dicato fez uma boa compra primeiro porque atende as necessidades da demanda, segundo porque só avaliando a área construída da casa e o acabamento da construção sem incluir o tamanho do terreno e a boa localização, já vale o negócio", avaliou o professor.

A casa foi comprada com recursos do imposto sindical no valor de 200 mil reais. Com 380 m² de área construída, a casa possui 4 quartos, 2 suítes com ar condicionado, refeitório para vinte pessoas, lavanderia, três banheiros, três salas de estar, lavabo, garagem coberta

para dois carros, área de jardim, terraço externo, depósito, auditório climatizado com capacidade para 80 pessoas. Além disso, casa é toda gradeada, com portas e janelas em madeira maciça e abastecida por uma caixa d'água de 5 mil litros e uma cisterna.

O sindicato pretende inaugurar a casa de apoio no próximo dia 14 de março, data de aniversário de 15 anos da existência legal do sindicato. Para 2010, o Sindjus planeja inaugurar também sua futura sede recreativa e a colônia de férias para seus associados em geral.

Balanço Social e Financeiro do Sindjus

Com o propósito de dar mais transparência aos seus atos e demonstrar aos associados e demais servidores como é empregado o dinheiro arrecadado pelo sindicato, o **Sindjus Notícias** entrevista nessa edição Márcio Luís Andrade Souza, tesoureiro do sindicato. Márcio fala sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2008, as despesas, os avanços e investimentos do sindicato na estrutura administrativa e na melhoria dos serviços oferecidos para os associados.

O Sindjus em números

As contribuições sociais recolhidas por meio das mensalidades são as principais fontes de recurso do sindicato. Elas representaram em 2008 um percentual de 95,85% do total de arrecadação. Em números, as contribuições somaram um valor de R\$ 475.801,57 contra R\$ 368.054,68 de 2007. Esse acréscimo se deu por conta do aumento de aproximadamente 40% de sindicalizações.

Além das mensalidades dos associados, o Sindjus também contou com outras receitas financeiras acumuladas através de descontos. Essas receitas somaram um valor de R\$ 20.621,90. A receita bruta total do sindicato passou, então, de R\$ 368.056,11 para R\$ 496.531,99.

As receitas aumentaram e as despesas também. O sindicato gastou mais em comunicação, serviços profissionais, despesas com pessoal, reuniões e assembleias. Mesmo assim, conseguiu reduzir de R\$ 83.835,63 para R\$ 38.576,63 o valor das contas a pagar com obrigações sociais, trabalhistas e tributárias até 31 de dezembro, último dia do exercício.

Por ser uma entidade que não tem como finalidade o lucro, mas o impacto social através de suas atividades, os demonstrativos contábeis do sindicato não apresentam a expressão 'lucro'. O resultado positivo da diferença entre as receitas e as despesas denomina-se *superávit*, ou sobra, e é incorporado ao patrimônio social da entidade. Em 2008, as despesas do sindicato aumentaram, dívidas foram pagas e, no último dia de exercício, o sindicato apresentou ainda um *superávit* de R\$ 26.990,70.

Sindjus notícias: Com base nas demonstrações contábeis como você avalia os resultados do sindicato em 2008?

Márcio: Um ponto muito positivo para o sindicato foi o aumento da arrecadação. Em relação ao ano passado as receitas do sindicato foram superiores. Isso porque houve um acréscimo de aproximadamente 40% das sindicalizações, que é a principal fonte de receita do sindicato. Em contrapartida, o sindicato também teve mais gastos, o que não representa algo ruim. Os gastos foram necessários para melhorar a estrutura física do sindicato e a prestação de serviços. Os resultados de 2008 representa-

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008			
RECEITAS	2008		2007
RECEITA BRUTA TOTAL	496.531,99	100,00%	368.056,11
RECEITAS OPERACIONAIS	475.910,09	95,85%	368.054,68
Contribuição de associados	475.801,57	95,82%	368.054,68
Outras Receitas	108,52	0,00	0,00
RECEITAS FINANCEIRAS	20.621,90	4,15%	1,43
TOTAL	496.531,99		368.056,11
RECEITAS	2008		2007
DESPEAS OPERACIONAIS	469.541,29	100,00%	327.817,86
DESPEAS ADMINISTRATIVAS	454.109,04	96,71%	320.616,68
Despesa com pessoal	42.165,44	8,98%	20.462,75
Encargos sociais	10.388,74	2,21%	4.349,41
Utilidades e serviços	6.159,47	1,31%	5.769,44
Ocupação e uso	23.944,75	5,10%	15.573,69
Comunicação	40.133,05	8,55%	26.246,89
Serviços profissionais	103.381,73	22,02%	75.889,79
Outras despesas administrativas	42.926,50	9,14%	50.442,83
Reuniões, Assembleias e Encontros	92.696,85	19,74%	10.877,70
Contribuições e doações a terceiros	7.278,34	1,55%	11.639,19
Eleições Sindicais	36.470,10	7,77%	0,00
Campanha salarial	48.564,07	10,34%	99.364,99
DESPEAS TRIBUTÁRIAS	3.949,64	0,84%	2.611,25
DESPEAS FINANCEIRAS	11.482,61	2,45%	4.589,93
Superávit do exercício	26.990,70		40.238,25
COMPORTAMENTO DA DESPESA EM RELAÇÃO À RECEITA / 2008			
Receita Total	496.531,99	%	
Desp. com pessoal	42.165,44	8,49	
Encargos sociais	10.388,74	2,09	
Utilidades e serviços	6.159,47	1,24	
Ocupação e uso	23.944,75	4,82	
Comunicação	40.133,05	8,08	
Serviços profissionais	103.381,73	20,82	
Outras desp. administrativas	42.926,50	8,65	
Reuniões, Assemb. e Encontros	92.696,85	18,67	
Contribuições e doações	7.278,34	1,47	
Eleições Sindicais	36.470,10	7,34	
Campanha salarial	48.564,07	9,78	
Despesas Tributárias	3.949,64	0,80	
Despesas Financeiras	11.482,61	2,31	
Superávit do Exercício	26.990,70	5,44	

ram uma evolução, pois quando você olha para os demonstrativos anteriores percebe que a situação financeira era 'pequenas receitas' e 'grandes despesas'. Tecnicamente as receitas ainda são equivalentes às despesas, mas pelo menos saímos de uma situação em que as contas a pagar somavam R\$ 83.835,35 enquanto o circulante ativo, ou seja, o dinheiro que pode-

ria ser convertido para sanar as contas era apenas R\$ 66.888,01. Os demonstrativos de 2008 mostram um equilíbrio entre o ativo e passivo circulante, e isso é um avanço importante. Mas ainda não é a nossa meta. O ideal é que o sindicato tenha dinheiro em caixa.

Sindjus notícias: Os demonstrativos apon-

tam um aumento das despesas do Sindjus em 2008. Em que o sindicato mais gastou?

Márcio: Sem dúvidas, a maior despesa do sindicato foi com a contratação de serviços profissionais. O demonstrativo aponta que um valor de mais de cem mil reais foi gasto com isso. Mas eu prefiro dizer que não foi um gasto e, sim, um investimento. O maior investimento foi na assessoria jurídica do sindicato. O número de processos aumentou muito, segundo informações do advogado do sindicato. Então, para garantir a qualidade do atendimento nós aumentamos o valor do contrato com o advogado para 10 e depois 15 salários mínimos mensais, devidamente autorizados por assembleias gerais da categoria. O contrato inicial era apenas de cinco salários mínimos. Os demais investimentos que se destacam no orçamento são: as assembleias e encontros, a campanha salarial e a comunicação. Os encontros regionais, cursos, treinamentos e viagens são despesas fundamentais para a própria manutenção da atividade sindical. Já os gastos com a campanha salarial incluem a confecção de camisas, faixas e cartazes, combustível, alimentação, serviços de apoio, propaganda e publicidade, entre outros. As despesas com a comunicação têm como objetivo estreitar o contato da entidade com os nossos associados, através dos instrumentos de informação. Em síntese, são despesas com assinatura de jornais, revistas e periódicos, com os correios, linhas telefônicas, internet, hospedagem e manutenção do site, anúncios nos meios de comunicação e gastos também com o jornal impresso do sindicato.

Sindjus notícias: Quais as aquisições do sindicato em 2008?

Márcio: Para melhorar a estrutura da sede administrativa ampliamos o espaço para acomodar mais uma sala onde ficam agora os departamentos de imprensa e jurídico. Adquirimos mesas, armários, cadeiras, a central de condicionamento de ar, mais três computadores e um notebook.

Sindjus notícias: Em dezembro de 2008, o Imposto Sindical foi cobrado. Por que ele não aparece contabilizado no balanço?

Márcio: Essa foi uma das perguntas que surgiu durante a assembleia de prestação de contas. O imposto correspondente a 2007, quanto a 2008, foi cobrado no ano passado. Mas só foi depositado na conta do sindicato no começo de 2009. Por isso ele não aparece no balanço. Recebemos a primeira parcela correspondente a 2008 no dia 8 de janeiro, no valor de R\$ 431.908,81, e no dia 10 de fevereiro recebemos a segunda parcela, no valor de R\$ 314.765,84, corres-

pondente a 2007. Desse montante, apenas 60% pertencem ao sindicato. Os outros 40% são legalmente devidos à federação (15%), às centrais sindicais (10%), à confederação (5%) e à "Conta Especial Emprego e Salário", administrada pelo MTE (10%). Com o dinheiro do imposto o sindicato comprou a casa de apoio em São Luís e, em breve, estará adquirindo um carro de som movido a Diesel. Com o restante que sobrou no caixa vamos planejar o orçamento de 2009.

Sindjus notícias: O que está previsto no orçamento para 2009?

Márcio: Com o dinheiro do Imposto Sindical pretendemos ainda comprar um terreno para iniciar a construção da sede recreativa do sindicato. Com as mensalidades, vamos manter as despesas ne-

cessárias ao funcionamento do sindicato e investir na reformulação do site, na interiorização através de visitas a todas as comarcas do estado, na identificação dos nossos associados através da confecção das carteiras de sócios etc. A nossa meta é aumentar as sindicalizações e para isso vamos fazer mais convênios para beneficiar nossos filiados e seus dependentes e recadastrar os servidores que já são associados. Também vamos criar um 'fundo de greve'. A idéia é reservar um percentual do montante arrecadado em uma conta específica para ser gasto exclusivamente com as paralisações, as greves e as demais mobilizações dos servidores, e em todas as atividades que integram a campanha salarial da categoria.

OS RESULTADOS DE 2008 REPRESENTARAM UMA EVOLUÇÃO, POIS QUANDO VOCÊ OLHA PARA OS DEMONSTRATIVOS ANTERIORES PERCEBE QUE A SITUAÇÃO FINANCEIRA ERA: 'PEQUENAS RECEITAS' E 'GRANDES DESPESAS'.
Márcio Luís Andrade
Tesoureiro



Imposto sindical

O Imposto Sindical está previsto na legislação federal, nos artigos 578 a 610 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e consiste no desconto de um dia de trabalho por ano.